

## VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 64 da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março)

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE**

Ano

**2017**

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)

Classificações Económicas	out/13 a dez/13	2014	2015	jan/16 a set/16	Média dos 36 meses anteriores a out/2016
0901; 0902 e 0903	2.792,85	17.620,20	50.079,68	52.578,15	41.023,63
<b>Total</b>	2.792,85	17.620,20	50.079,68	52.578,15	41.023,63

Artigo 64.º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2017, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.